

A CONSTRUÇÃO DO SENSO CRÍTICO NO ENSINO SUPERIOR

Vini Benjamin Figueiredo da Silva Monteiro¹

Patrícia Luiza de Souza Provin²

Viviana Fatima de Almeida³

Davi Gustavo Galvão do Nascimento⁴

RESUMO: O presente artigo apresenta uma pesquisa bibliográfica exploratória sobre a educação inclusiva na Faculdade de Rondônia- Faro sobre métodos e maneiras de incentivar e manter esses alunos e professores na faculdade de uma forma em que eles se sintam parte do meio, trazendo até ele uma acessibilidade tanto física quanto pedagógica. Para que tenham realmente um resultado eficiente na inclusão de alunos com necessidades educativas é necessário praticas educativas especiais fazendo assim a formação e a capacitação do indivíduo e do grupo em sí. Também foi elaborada uma análise utilizando o método de Walkthrough, que faz uma análise passo a passo mostrando seus pontos negativos e positivos. Usando métodos científicos de análise se pode concluir que se a faculdade estiver ou não capacitada para proporcionar acessibilidade educacional às pessoas com necessidades especiais.

Palavras-Chave: Acessibilidade educacional. Inclusão.

BUILDING CRITICAL SENSE IN THE ACADEMY

ABSTRACT: This article presents an exploratory bibliographical research on inclusive education in the Faculty of Rondônia - Faro about methods and ways to encourage and keep these students and teachers in college in a way that they feel part of the environment, bringing to it an accessibility both Both physical and pedagogical. In order for them to have an effective result in the inclusion of pupils with educational needs, special educational practices are necessary, thus making the formation and the training of the individual and of the group itself. An analysis was also made using the Walkthrough method, which does a step-by-step analysis showing its negative and positive points. Using scientific methods of analysis it can be concluded that if the faculty is or is not able to provide educational accessibility to people with special needs

Key words: Educational accessibility. Inclusion. Acceptability.

¹ Professor graduado em Arquitetura e Urbanismo pela União das Escolas Superiores de Rondônia (2015) Uniron, pós graduado em - Docência do Ensino Superior - Faculdade de Rondônia (2017) , cursando pós graduação em Design, Iluminação de Interiores e Paisagismo pela Faculdade Panamericana de Ji-Paraná (UNIJIPA) E-mail : vini_benjamin@hotmail.com

² Professora Graduada em de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná -ULBRA, Pós graduada em Master em Arquitetura e Lighting pelo Instituto de Pós-Graduação e Graduação- IPOG. Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela Universidade Luterana do Brasil - ULBRA. E-mail: patriciaprovin@hotmail.com .

³ Professora graduada em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná, ULBRA, em 2013. Especialista em Engenharia e Segurança do Trabalho pela faculdade Panamericana de Ji Paraná em 2015. Pós-graduanda em Docência do Ensino Superior pela faculdade Panamericana de Ji Paraná em 2019 E-mail: vivianaarq2013@gmail.com

⁴ Professor graduado em Arquitetura e Urbanismo pelo Centro Universitário Luterano de Ji-Paraná (2015), pós graduado em Engenharia de Segurança do Trabalho pela Faculdade Santo André (2017), cursando pós graduação em Design, Iluminação de Interiores e Paisagismo pela Faculdade Panamericana de Ji-Paraná (UNIJIPA). E-mail: daviggalvao@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente apesar da inclusão de alunos com necessidades especiais ser um fator de necessidade e humanidade, há uma barreira e dificuldade muito grande de trazer isso para o mundo acadêmico tanto da faculdade privada quanto na faculdade pública. Assimilar todas essas multiplicidades dentro de um contexto acadêmico além de muito significativo é de extrema importância, a fim de que os procedimentos inclusivos possam ser desenvolvidos.

As faculdades tem a responsabilidade de trazer novos métodos e materiais a fim de facilitar e incluir os alunos com

A função da universidade é uma única e exclusiva. Não se trata de somente difundir conhecimento [...] Trata-se de manter uma atmosfera de saber pelo saber para se preparar o homem que o serve e desenvolve. Trata-se de conservar o saber vivo e não morto, nos livros ou no empirismo das práticas não intelectualizadas. Trata-se de formular intelectualmente a experiência humana, sempre renovada, para que a mesma se torne consciente e progressista. Com essas palavras, Anísio Teixeira chama a atenção para um problema fundamental: uma das características da universidade é ser um espaço de investigação e de produção de conhecimento. E uma das exigências para a concretização de tal proposta de conhecimento é, sem dúvida, o exercício da liberdade e a efetivação da autonomia universitária. (TEIXEIRA, Anísio, 1962. p.181-188)

Ante o exposto precisamos ultrapassar limites sócios históricos, políticos e culturais como exigência de sobrevivência da qualidade necessária e desejada para a educação em um país mais justo e produtor de conhecimento.

Para tratar da temática em apreço, faz-se necessário citar que a lei 9.394/1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação que atualmente é o mecanismo adotado pelo Estado e que norteia a educação básica e superior que revogou a lei 4.024/1961 que diferenciava a educação para as diferentes classes sociais. Conforme exposto abaixo:

2 CONTEXTO HISTÓRICO

A “História da Educação Brasileira” é um tema um tanto quanto complexo, porém pretende-se nesse percurso mostrar parte das rupturas causadas pela manipulação de diferentes instâncias, tais como: os interesses das classes sociais

dominantes, as ações dos políticos e outros fatores responsáveis pela descontinuidade das propostas surgidas no campo da Educação Brasileira.

Para se ter uma breve noção do que ocorreu neste período, Romanelli, faz a seguinte divisão a partir de 1930:

1º Fase: 1930-1937: Governo provisório, lutas ideológicas sobre o regime; setor econômico mobilizado para sair da catástrofe financeira. Na educação: Reforma Francisco Campos e Manifesto dos Pioneiros;

2º Fase: Estado Novo (1937-1946): Regime totalitário, implantação da indústria pesada, Estado assume a posição de empresário industrial. A educação passa a ser vista como fator importante para o desenvolvimento (de forma inconsciente). Decretação das leis Orgânicas de Ensino e criação do SENAI e SENAC;

3º Fase: 1941-1961: Lei 4.024 – Diretrizes e bases da educação nacional. Normalidade democrática, nacionalismo e populismo, crescimento das indústrias. (1978, p.58).

Ainda dentro desse contexto histórico é possível perceber que as coisas estão mudando de forma gradativa, mesmo que lentamente (Gráfico 1).

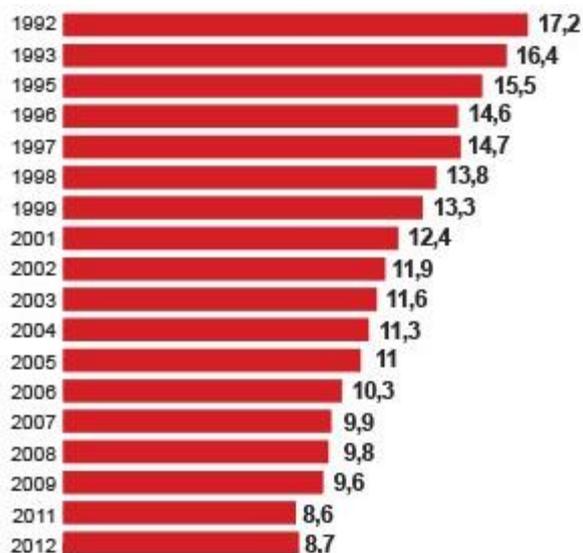


Gráfico 1. Representa o histórico da taxa de analfabetismo no Brasil

Fonte: IBGE, 2013

3 ASPECTOS PRELIMINARES SOBRE A ORIGEM DA PALAVRA “SENSO CRÍTICO”

Para promover uma análise mais apropriada sobre o tema, é importante, preliminarmente, suscitar de onde vem a expressão “Senso Crítico”.

A palavra “crítica” vem do Grego “kritikos”, que significa “a capacidade de fazer julgamentos”, ou seja, senso crítico significa a capacidade de questionar e

analisar de forma racional e inteligente. Através do senso crítico, o homem aprende a buscar a verdade questionando e refletindo profundamente sobre cada assunto.

4 O DESENVOLVIMENTO DO SENSO CRÍTICO

A expressão senso crítico nos remete a formação de um cidadão dotado de capacidade argumentativa, analítica e racional que tem por finalidade buscar a verdade dos fatos através de embasamento teórico e científico. Assim no contexto educacional que engloba o ensino básico e superior cada indivíduo deve ser preparado já nas séries iniciais para essa construção (PADILHA, 2016).

A partir de então, o trabalho dos professores da educação básica deveria ser norteado por essa linha de raciocínio na construção do saber, ou seja, entre os objetivos do ensino, levar o aluno a posicionar-se de maneira crítica, responsável e construtiva nas diferentes situações sociais do cotidiano de cada aluno (PADILHA, 2016).

No Brasil, na verdade, a grande maioria dos educadores consideram erroneamente que criticar é encontrar defeitos ou censurar, desta forma são promovidos debates acalorados onde o que se vê, é cada um tentando demonstrar o seu próprio ponto de vista, sem que seja possível o desenvolvimento da capacidade crítica efetivamente (PADILHA, 2016).

Assim na contramão desse viés, é preciso que o discente do ensino básico e superior se desprenda dessa ideia equivocada e suscite sim debates direcionando seus docentes aos bons julgamentos, no tocante as ideias que lhes são impostas definindo razões confiáveis e decisivas, levando-os a reflexões dos valores que lhes servem de parâmetros em seus juízos e posicionamentos para uma melhor análise crítica (PADILHA, 2016).

4.1 Senso comum

Senso comum é o modo de pensar da maioria das pessoas, são noções comumente admitidas pelos indivíduos. Significa o conhecimento adquirido pelo homem partir de experiências, vivências e observações do mundo, ou seja, o senso comum se caracteriza por conhecimentos empíricos acumulados ao longo da vida e

passados de geração em geração. É um saber que não se baseia em métodos ou conclusões científicas, e sim no modo comum e espontâneo de assimilar informações e conhecimentos úteis no cotidiano (PADILHA, 2016).

O senso comum é uma herança cultural que tem a função de orientar a sobrevivência humana nos mais variados aspectos, através do senso comum uma criança aprende o que é o perigo e a segurança, o que pode e o que não pode comer, o que é justo e o que é injusto, o bem e o mal, e outras normas de vida que vão direcionar o seu modo de agir e pensar, as suas atitudes e decisões, onde se pode usar diversos exemplos tirados da cultura popular tais como:

- A) Comer manga e tomar leite faz mal.
- B) A melhor época para ser contar o cabelo é na lua crescente.
- C) Faz mal tomar café quente e tomar banho.

4.2 Senso crítico

Senso crítico significa a capacidade de questionar e analisar de forma racional e inteligente. Através do senso crítico, o homem aprende a buscar a verdade questionando e refletindo profundamente sobre cada assunto pesquisando e utilizando teoria e prática para comprovar cientificamente seu experimento (PADILHA, 2016).

No sentido filosófico, o senso crítico prende-se com o desenvolvimento de uma consciência reflexiva baseada no “eu” (autocrítica) e no mundo, ou seja, é a consciência do papel social de cada indivíduo promove a capacidade de pensar sobre as verdades impostas pela sociedade dominante. Dessa forma, alguém com senso crítico aguçado não aceita a imposição de qualquer tradição, dogma ou comportamento sem antes questionar (PADILHA, 2016).

A capacidade de refletir sobre os assuntos está relacionada com a educação recebida por cada indivíduo. Existe uma ideologia dominante (conjunto de crenças, valores e opiniões) veiculada na política, religião, meios de comunicação ou outros grupos, que procura manipular as pessoas para que não questionem; para que aceitem o que lhes for imposto sem ponderar ou investigar a verdade ou mesmo analisando situações através de seus preconceitos, e o papel do educador consciente de suas obrigações está justamente nesse divisor de águas construindo ou sendo uma ponte que ligara o discente ao conhecimento da melhor maneira

possível, sem influenciá-lo com suas próprias convicções ou dogmas, agindo com imparcialidade nesse contexto educacional (PADILHA, 2016).

4.3 Os desafios da educação superior

Estimular a produção científica é dos objetivos da educação superior, trata-se de meio legítimo e democrático de produção do conhecimento superando assim as barreiras de uma ciência dogmática e imune a críticas, porém é visível a separação entre ensino básico e ensino superior, pois a grande dicotomia existente está na inserção do estudante acostumado com o ensino básico deficiente e precário com relação a produção científica, e ao ingressar no ensino superior este sofre um grande choque de realidade pois o acadêmico no ensino superior precisa estar provido de senso crítico para começar a sua produção científica (GERMANO, 2011).

4.4 O papel do discente nesta construção científica

Cabe ao discente detectar em cada turma suas peculiaridades e deficiências estimulando e se houver necessidade aparelhando seus docentes com esse senso crítico, cada vez mais necessário para se tornar um profissional qualificado e capaz de ingressar no mercado de trabalho consciente de suas obrigações no campo ético, moral e social (PIO 2016).

Cabe ainda salientar, que nos dias atuais o pluralismo e a diversidade social aliados aos avanços tecnológicos, tais como a internet, aplicativos dos mais variados para telefones celulares, tabletes, notebooks entre outros meios de obtenção de informações na busca da inclusão digital e social aliado ao desenvolvimento sustentável como umas das prioridades de uma sociedade contemporânea, além dos paradigmas de entendimento e de compreensão científica nas mais diversas instituições de ensino superior forçando o discente a estar antenado nas tendências de mercado, além de estar sempre estudando e se capacitando para atender e oferecer um serviço de excelência conforme exigência do mercado de trabalho cada vez mais competitivo (PIO, 2016).

Desta forma, o espaço acadêmico deve ser visto como um lócus de debate e florescimento de ideias inovadoras que permitam aos acadêmicos e discentes da

educação superior refletir sobre todos os dilemas que permeiam as relações humanas do século XXI, na busca de uma sociedade mais justa e igualitária, desta forma se o docente for capaz de saber se posicionar objetivamente diante das idéias veiculadas pelo senso comum, estabelecendo um ponto de vista próprio o papel do docente e da educação estará sendo cumprido a contento (PIO 2016).

Sendo assim essa tarefa está cabendo ao discente de ensino superior esse papel que deveria ter sido introduzindo nas séries iniciais da educação primária e aperfeiçoada no ensino fundamental e médio, para que ao chegar ao ensino superior lhes fosse apenas retocado esse senso crítico. Mas na prática poucos o que se vê é o oposto, onde o docente necessita de auxílio para poder entender que no ensino superior seu senso comum deve ser deixado para trás e cabe ao educador do ensino superior ser o elo de ligação na construção de conhecimento científico. Desta forma tornasse muitas vezes árdua essa tarefa para esse educador uma vez que além de suas atribuições corriqueiras tais como, plano de aula, cumprimento de ementa, elaboração seminários, avaliações entre outras obrigações, e deverá ainda canalizar suas energias para esta tarefa que irá a grosso modo propiciar as suas aulas uma melhor evolução e aproveitamento do conhecimento a ser apresentado a esses acadêmicos (PIO 2016).

E por fim, o papel do discente (professor), no contexto do ensino superior remete a uma postura ativa, dialética, política e ética, fazendo com que este educador tenha um compromisso permanente com a vida dos alunos, assim como com a autonomia de seus educandos, oportunizando espaços onde a liberdade possa ser exercida de forma criativa e espontânea (PIO 2016).

4.5 A Função das intuições de ensino superior

As instituições de ensino superior devem ser reconhecidas como uma instituição que desempenha importante papel para o desenvolvimento humano, regional e sustentável na sociedade contemporânea pois o capital dessas intuições se concentra no cérebro uma vez que seu objetivo é desenvolvê-lo, ou seja, essas instituições devem desenvolver mentes criativas para resolver problemas relacionados ao futuro e a sociedade como um todo, nas faculdades, centros

universitários ou em universidades a função do docente e ajudar tal desenvolvimento (CHAUI, 2004).

Essas instituições tem a missão não apenas de possibilitar aos acadêmicos a obtenção de um diploma, um emprego e remuneração satisfatória, mas principalmente deve ser capaz de produzir novos conhecimentos e aplicá-los à realidade social, considerando a necessidade de ser acessível a toda a sociedade, em todos os níveis sociais para que haja inclusão social, exercendo tanto uma função social quanto política, bem como formadora de mentes pensantes e comprometidas com a coletividade em geral para que eles tenham uma opinião formulada e crítica diante da realidade social para que haja um avanço científico, tecnológico e cultural (CHAUI, 2004).

Outro ponto não menos importante das universidades, centros universitários e faculdades é que devem ser capazes de retribuir o investimento que recebem das comunidades, desenvolvendo estudos, pesquisas e projetos de extensão compatíveis com as reais necessidades da população em benefício comum, ou seja, ela deve contribuir para solucionar os atuais problemas da sociedade, conforme cita DEMO:

A função social das Universidades, centro universitários e faculdades implica em produzir conhecimento, de forma a promover o desenvolvimento da cultura, da ciência, da tecnologia e do próprio homem enquanto indivíduo na sociedade. A pesquisa, nesse contexto, é uma atividade de investigação, avaliação crítica e de criação, sempre referenciada nos problemas e dificuldades do meio social. A alma da vida acadêmica é constituída pela pesquisa, como princípio científico e educativo, ou seja, como estratégia de geração de conhecimento e de promoção da cidadania, desta forma a pesquisa é fundamental num contexto de universidade (DEMO, 1995, p. 127).

Nesta direção, as universidades, centros universitários e faculdades são essenciais para a criação, transferência e aplicação de conhecimentos e para a formação e capacitação do indivíduo, como também para o avanço da educação em todas as suas formas. Por tudo isso, a Educação Superior constitui importante meio para a produção do conhecimento científico e para o avanço tecnológico em uma sociedade (DEMO, 1995).

Cabe destacar que estudos comprovaram que de acordo com o Ministério da Educação (BRASIL, 2000, p. 21) por meio de relatórios enviados por diferentes

universidades, em conjunto com o Ministério da Ciência e Tecnologia há dados significativos que comprovam uma expressiva evolução da produção científica no Brasil. Ainda, nos últimos anos, tem sido constatado que a maioria das pesquisas científicas estão sendo desenvolvidas por Universidades Públicas Federais e as contribuições das faculdades ainda segue em passos curtos, mas essa realidade tende a se modificar com o tempo (Gráfico 2).

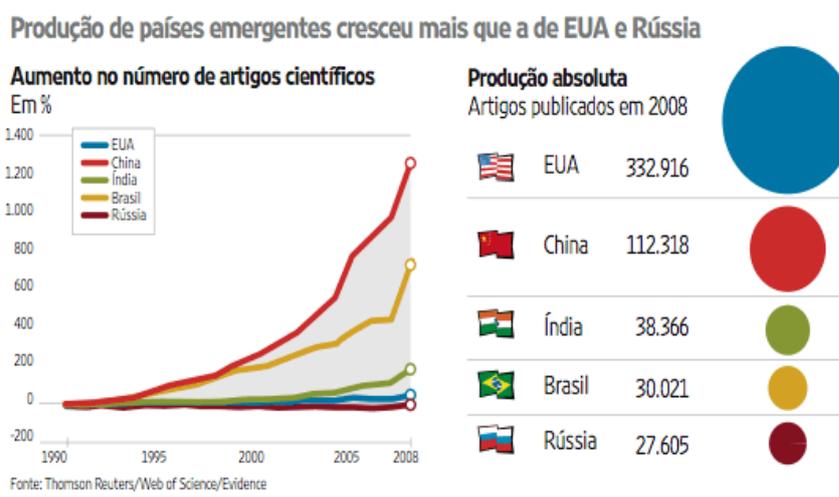


Gráfico 2. Representa o crescimento da produção científica no Brasil

Fonte: Lopes, 2010

Nesse contexto, o movimento da educação inclusiva tem representado um desafio para a educação superior e a ausência de políticas públicas que promovam uma efetiva educação inclusiva é uma evidência. Portanto, implementar ações educativas junto a estudantes com necessidades educacionais especiais no ensino superior é uma questão de democracia e cidadania. Ao refletir sobre a universidade pública numa ótica de formação e de democratização, estamos assumindo uma posição clara contra exclusão enquanto relação social e tomando-a como um direito do cidadão (CHAUÍ, 2004).

Por fim, as universidades, centros universitários e faculdades tem como função o dever de estar comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e igualitária.

4.6 Inclusões sociais das classes minoritárias

Neste contexto faz-se necessário frisar a inclusão não só de pessoas menos abastadas tais como negros, pardos ou pessoas de baixa renda que através

dos programas sociais do governo que possibilitam o ingresso tanto nas universidades, centros universitários e faculdades dessas minorias, outro grupo não menos importante que também merecem ser citado são os portadores de necessidades especiais que por sua vez estão aí buscando superar as suas dificuldades e ingressarem no meio acadêmico (UNESCO, 2007).

Frente ao exposto, percebe-se que a inclusão é fundamental para a construção de uma sociedade democrática. O respeito às diferenças e a igualdade de oportunidades requer o movimento de incluir, que faz uma ruptura com o movimento da exclusão. Este debate vem sendo promovido por diferentes instâncias e países, incluindo o Brasil, portanto a inclusão é a garantia a todos do acesso contínuo ao espaço comum na vida em sociedade, que deverá estar organizada e orientada, respeitando a diversidade humana, as diferenças individuais, promovendo igualdade de oportunidades de desenvolvimento para toda a vida (CAMARGO, 2017).

Desta forma percebe-se que mesmo diante das dificuldades enfrentadas pelos alunos com necessidades educacionais especiais que frequentam o ensino superior, é indispensável que as universidades, centros universitários e faculdades ofereçam uma educação de qualidade, pois antes de lhes ser garantido um direito, plenamente reconhecido, é um dever do estado implementar ações que favoreçam não só seu ingresso, como sua permanência e saída do ensino superior (CAMARGO, 2017).

Os dados coletados até o ano de 2005 demonstra que os portadores de necessidades especiais estão cada vez mais inseridos nas instituições de ensino superior, conforme gráfico abaixo:

Matrículas de alunos portadores de necessidades especiais nas IES, segundo o tipo de necessidade: Brasil - 2005

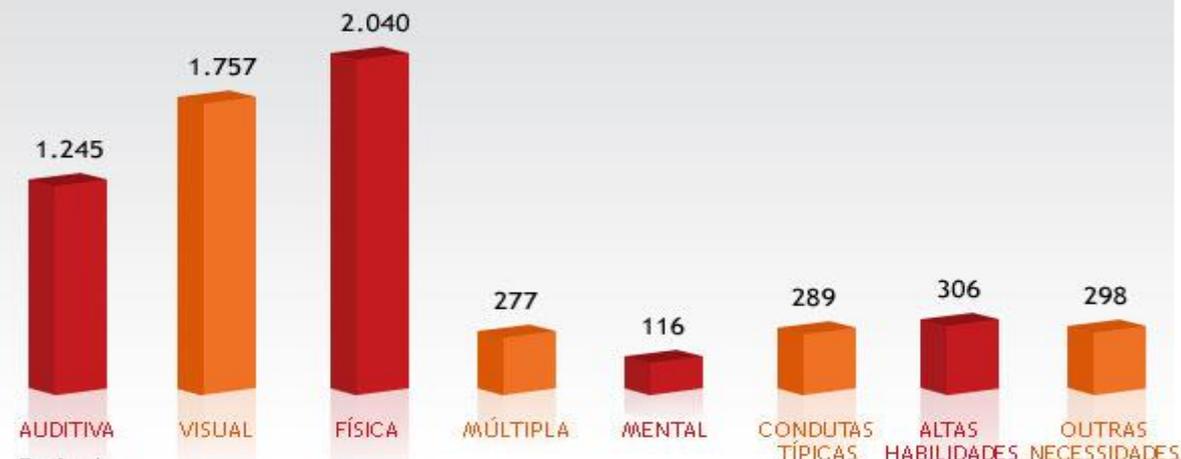


Gráfico 3. Estatística de pessoas portadoras de necessidade especial incluídas no Ensino Superior.

Fonte: INEP, 2005

E para garantir que tais direitos sejam respeitados a legislação em vigor garante essas prerrogativas conforme afirma nossa Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei 9.394/1996.

Ainda no que diz respeito aos aspectos legais, é relevante destacar, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira – LDBEN 9394/96, que garante um capítulo exclusivo para a Educação Especial, ou seja, o capítulo V (Cury, 2001). O estudo de Martins (2004) refere a um distanciamento entre a lei e a prática, considerando as ações de inclusão nos diferentes níveis do Ensino. Ao efetuar uma análise da legislação, dos conceitos de educação especial e necessidades educacionais especiais promove um olhar a legislação brasileira revelando que em 1988, a Constituição Federal, prescrevia, no seu artigo 208, inciso III, entre as atribuições do Estado, isto é, do Poder Público, o “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”. A garantia do Estado brasileiro de educar a todos, sem qualquer discriminação ou exclusão social e o acesso ao ensino fundamental, para os educandos, em idade escolar, sejam normais ou especiais, passa a ser, a partir de 1988, um direito público (CASTANHO, 2006, P.96).

Sendo que a expressão que faz referência às pessoas com alguma necessidade especial, é “portador de deficiência na Constituição Federal de 1988, o

uso da expressão só é justificado em função de que o conceito de deficiência era herança da Medicina. A terminologia “portadores de deficiência” nos remete a um Brasil excludente que tratava seus doentes, deficientes ou não, como “portadores de moléstia infecciosa”. Estes enfoques clínicos mantêm-se até a Constituição Federal de 1988, mas não é politicamente correto utilizar essa terminologia (CASTANHO 2006).

Como fica claro na própria Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que define as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, apresenta uma reformulação terminológica onde o termo “portadores de deficiência” é substituído para “pessoas com necessidades educacionais especiais” (CASTANHO, 2006).

Entretanto, para que isto ocorra, em muitos casos as universidades, os centros acadêmicos e faculdades têm que adaptar as condições do espaço físico, professores especializados, interpretes, e tudo isso demanda gastos financeiros entre outros investimentos. É preciso valorizar a particularidade de cada um, e assim conseguir de fato incluir os portadores de necessidades especiais a uma sociedade realmente inclusiva, não somente no discurso, mais também na prática (CASTANHO, 2006).

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

E para concluir, é possível notar que tanto o ensino básico quanto o ensino superior são etapas na aquisição do saber que possibilitam construir um senso crítico voltado a formação de um cidadão ligado ao meio social que está inserido, desta forma tanto as instituições educacionais quanto os professores devem fomentar seus alunos a terem senso crítico não descartando seu conhecimento de mundo, ou seja, não se deve desprezar o senso comum que cada indivíduos traz como bagagem relativa ao meio em que está inserido, como por exemplo a família que já deposita em seus membros uma gama de conhecimento prévio de mundo que é resultado das experiências empíricas e de seus ancestrais.

Cabe nesses casos ao educador saber aproveitar esse diamante bruto para ser lapidado dentro da esfera do conhecimento científico moldando-o ou mesmo inserindo o senso crítico que até a passagem do ensino básico para o ensino superior não havia sido suscitado nesse indivíduo, que ao descobrir esse mundo investigativo e novo se transformara de forma a ser capaz de buscar cada vez mais

novas informações, e indo mais além e possível afirmar que indivíduo será um multiplicador desse senso crítico.

No entanto alguns paradigmas devem ser quebrados, é preciso não se limitar a este estudo em relação comportamento do professor com os resultados dos alunos; devendo introduzir os processos construtivos como mediadores para superar as limitações do paradigma processo-produto.

Logo, a relação entre professor e aluno depende, fundamentalmente, do clima estabelecido pelo professor, da relação empática com seus alunos, de sua capacidade de ouvir, refletir e discutir o nível de compreensão dos alunos e da criação das pontes entre o seu conhecimento e o deles. Indica também, que o professor, educador da era industrial com raras exceções, deve buscar educar para as mudanças, para a autonomia, para a liberdade possível numa abordagem global, trabalhando o lado positivo dos alunos e para a formação de um cidadão consciente de seus deveres e de suas responsabilidades sociais.

Outro ponto importante está voltado a análise da Lei 9.394/1996, conhecida popularmente por Lei de Diretrizes e Bases da Educação, sendo possível perceber que o mecanismo adotado pelo Estado, visa além de disciplinar a educação em âmbito nacional tanto no ensino básico, bem como no ensino superior objetivando ofertar uma educação de qualidade e a inclusão social, onde a Constituição Federal de 1988 deixa óbvio que a educação é dever do Estado e direito de todos, sendo responsáveis todos os níveis da administração pública nas esferas federal, estadual e municipal.

Através desse esforço conjunto entre poder público e privado através das instituições de ensino superior, englobando os mais variados profissionais da educação será possível propiciar uma educação de qualidade voltada a produção científica capaz de competir com os países desenvolvidos, sem deixar de lado o desenvolvimento humanizado e inclusivo respeitando acima de tudo a dignidade da pessoa humana, pois ao se analisarmos o contexto mundial percebe-se que o assunto em voga nos dias atuais gira em torno do respeito aos direitos humanos sem diferenciação de classes sociais, credos, raças ou religiões. Conforme trecho transcrito abaixo:

Na Declaração, a educação aparece não apenas como um direito, mas também como um meio para que se alcance os objetivos propostos no documento.

Em seu preâmbulo, ela pede “que cada indivíduo e cada órgão da sociedade, tendo sempre em mente esta Declaração, se esforce, através do ensino e da educação, por promover o respeito a esses direitos e liberdades.

REFERÊNCIAS

A CONSTRUÇÃO DA CONHECIMENTO. Disponível em:

BASE MILITAR. Disponível em:

www.basemilitar.com.br/forum/viewtopic.php?f=24&t=3058

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9394/96 de 20 de dezembro de 1996, Brasília, 1996. www.planalto.com.br

BRASIL. MINISTERIO DA EDUCAÇÃO. O ENSINO SUPERIOR PUBLICO.

Disponível em: <http://www.comciencia.br>

CAMARGO, Eder Pires. **Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlaces e desenlaces**. Bauru Jan./Mar. 2017

CASTANHO, Denise Molon. **Inclusão e prática docente no ensino superior**. UFSM 2006

CHAUÍ, M. **A universidade pública sob nova perspectiva**. Disponível em: www.anped.org.br.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. rev. e atual. São Paulo, SP: Atlas, 1995.

EDUCAÇÃO INTEGRAL. Disponível em

www.educacaointegral.org.br/reportagens/direitos-humanos-educacao-uma-relacao-umbilical.

EDUCAÇÃO: TEORIAS E PRÁTICAS. Disponível em:

www.sis.posugf.com.br/sistema/rota/rotas_1/115/document/mod_001/objetos/piaget_vigotsky_paulo_freire.pdf

GERMANO, MG. **Uma nova ciência para um novo senso comum [online]**.

Campina Grande: EDUEPB, 2011. 400 p. ISBN 978-85-7879-072-1.

INTEGRAÇÃO E CIDADANIA. Disponível em:

[http://www.sefidvash.net/publications/78%20\)%20O%20papel%20Da%20UNiversidade%20.pdf](http://www.sefidvash.net/publications/78%20)%20O%20papel%20Da%20UNiversidade%20.pdf)

LOPES, Reinaldo José. **Antiga gigante, produção científica russa é ultrapassada por emergentes**. 2010. Disponível em:

<<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2010/01/685231-antiga-gigante-producao-cientifica-russa-e-ultrapassada-por-emergentes.shtml>>. Acesso em: 03 dez. 2019.

MOREIRA, L. C. In(ex)clusão na universidade: o aluno com necessidades educacionais especiais em questão. *Revista Educação Especial, Santa Maria*, n. 25, p 37-48, 2005. Disponível em: www.ufsm.br/ce/revista

PADILHA, Adriano. **Significado de senso crítico. 2016.** Disponível em: <<https://www.significados.com.br/senso-critico/>> Acessado em: 22 de agosto de 2018, às 13h41

PLANALTO. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
REVISTA BRASILEIRA DE LINGUISTICA. Disponível em:
www.scielo.br/pdf/rbla/v3n1/05.pdf

PIO, Rosana Martins. **A importância da pesquisa para a formação continuada na prática pedagógica dos professores no ensino básico.** Disponível em: <<https://www.prppg.ufpr.br/siga/visitante/trabalhoConclusaoWS?idpessoal=29337&idprograma=40001016080P7&anobase=2016&idtc=10>> Acessado em: 22 de agosto de 2018, às 18h29.

REVISTA ESPAÇO ACADEMICO. Disponível em:
www.espacoacademico.com.br/052/52pc_silva.htm

TEIXEIRA, Anísio. Notas para a história da educação. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*. Rio de Janeiro, v.37, n.85, jan./mar. 1962. p.181-188.

UNESCO. **Acesso e permanência da população negra no ensino superior.** Disponível em: <<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000154587>>